

A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa

Henrique Monteagudo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEAGUDO, H. A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 51-64. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa

Henrique MONTEAGUDO
Instituto da Lingua Galega
Universidade de Santiago de Compostela

Introdução

Galiza está chamada a estreitar os vínculos de todo tipo com as culturas de expressão portuguesa. O relatório que segue oferece-se como uma reflexão sobre as razões deste fato, os caminhos seguidos no passado e as estratégias de futuro para consegui-lo. Essa reflexão se desenvolverá em três pontos, que me proponho tocar a seguir:

1. A comunidade de origem do galego e do português e a sua significação histórica.
2. A relevância do português no acordar da consciência lingüística galega na idade contemporânea.
3. As aspirações e as iniciativas para um estreitamento de contatos culturais, humanos e de todo tipo da Galiza com os países de expressão portuguesa.

1 A comunidade de origem do galego e do português e a sua significação histórica

Qualquer falante de português medianamente instruído tem ouvido falar no galego, ao menos como fazendo parte do termo *galego-português*, um vocábulo composto, que remete para o período das origens da língua e da literatura. Com efeito, as pessoas sabem (ainda que, se calhar, nunca o exprimem desse jeito) que a língua portuguesa não nasceu diretamente do latim: da *rustica romana língua*, por utilizar a conhecida expressão do Concílio de Tours, nasceu entre os séculos IX e XII o *romance galego-português*, do qual, mais tarde, contra o fim da Idade Média, se originou a língua portuguesa.¹

¹ Para o processo de individuação do português a respeito do galego, se veja Neto (1979, p. 390 e p. 495-96), Monteagudo (1988), Vázquez Corredoira (1998) e Monteagudo (1999, p. 122-23, p. 168-73 e particularmente p. 180-196).

Como é bem sabido, este romance galego-português foi o resultado da evolução natural do latim vulgar falado nas terras da velha província romana da *Gallaecia*, isto é, nas terras nordocidentais da Península a norte do rio Douro, uma área que a efeitos de clareza denominaremos *Gallaecia Magna*. A denominação compósita *galego-português* (consagrada, se não inventada, por dona Carolina Michaëlis de Vasconcellos)² remete com cada um dos seus dois termos para denominações mais tardias de duas partes do território onde se originou o romance: a norte do rio Minho, a Galiza estrita (que *grosso modo* corresponde com o território da atual Galícia), que tem como núcleo o antigo convento romano galaico lucense; a sul do Minho e a norte do Douro, o condado e depois reino de Portugal, que tem como núcleo originário o antigo convento romano galaico bracarense.³

Em realidade, pela razão que acabamos de sugerir, aquela denominação compósita é estritamente sinônima de *galego* no sentido antigo do vocábulo – um sentido que abrangia tanto a Galícia lucense, como a Galícia bracarense – e não o identifiquemos com o seu significado restrito atual. De fato, a mais antiga denominação do romance, até onde podemos saber, foi a de ‘galego’ (MONTEAGUDO, 1999, p. 117-21). Mas aqui não pretendemos baralhar com as palavras, mas salientar a noção de comunidade de origem do galego e do português, que confere uma posição determinada ao galego e à Galiza na história da língua portuguesa, uma posição que ainda não está corretamente refletida, ao nosso entender, no relato canônico dessa história (nem sequer nos âmbitos acadêmicos), e menos ainda no imaginário cultural dos povos de expressão portuguesa.⁴

Se tornarmos a olhada desde a história da língua para a parcela da história literária e cultural compartilhada entre a Galiza e os países de expressão portuguesa, bateremos com os cancioneiros *galego-portugueses*, que registram as mais antigas manifestações literárias no nosso idioma. Neste caso, o caráter compósito do vocábulo justifica-se não só por referência à língua utilizada pelos trovadores e jograis, mas também pela própria naturalidade da maior parte destes, pois, na sua esmagadora maioria, procedem – como sublinhou recentemente o professor Antônio Resende de Oliveira⁵ – daqueles mesmos territórios que antes mencionamos, isto é, da velha *Gallaecia Magna*, a norte do Douro e ambas as ribeiras do Minho. Isto, naturalmente, sem restar importância à chegada dos trovadores doutras proveniências peninsulares, nem ao papel fundamental das cortes literárias

2 Sobre a origem e primeira difusão deste termo, se veja García Turnes (2008, p. 254-63).

3 Especialmente relevantes para a questão do sentimento de identidade coletiva diferenciada entre galegos e portugueses na Idade Média são Mattoso (1985a) e especialmente Mattoso (1985b, p. 171-196): “A consciência nacional, constituída mais precocemente nos meios clericais de ambos os lados da fronteira [galego-portuguesa], em sentido obviamente divergente, tardou, pois, tudo parece indicá-lo, a penetrar nos nobres” (MATTOSO, 1985b, p. 191).

4 Uma simples visita a um lugar de merecido prestígio, como é o *Museu da Língua Portuguesa*, de São Paulo, serve para comprovar até que ponto isto é certo: na seção em que se oferece um relato da história da língua, apoiado em mapas e gráficos, não só o galego está ausente, como se assinala como território de origem da língua o do antigo Condado Portucalense (!). Mais uma vez, a identificação estritamente moderna entre estado, nação e língua é anacronicamente retro-projetada ao passado.

5 Muito expressivo neste aspeto é o mapa que se oferece em Oliveira (2001, p. 182), onde o estudioso resume graficamente as suas pesquisas quanto à naturalidade dos autores representados nos Cancioneiros: a esmagadora maioria deles procede da *Gallaecia Magna*.

dos reis de Portugal e de Castela-Leon, como Dom Denis e Afonso X, o Sábio. Mas não se pode negar que a relevância outorgada a estas cortes nas histórias literárias tende a obscurecer o fato de base de que o trovadorismo do século XIII é fundamentalmente um fenômeno *galego* (no amplo sentido da palavra que antes dissemos).

2 A relevância do português na afirmação da consciência linguística galega na idade contemporânea

Portanto, entre o galego e as diversas modalidades do português dos nossos dias (incluindo, naturalmente, o brasileiro), existe uma indiscutível comunidade de origem: a grande linguista Maria Helena Mira Mateus se tem referido a ambos os idiomas como *irmãos gêmeos*. Porém, a história conduziu cada um destes irmãos por caminhos bem diferentes, mais exatamente, por caminhos *divergentes*. Ao fim da Idade Média, o galego ficou satelizado na órbita do castelhano e praticamente desapareceu da escrita, da cultura letrada e da vida pública até o século XIX, quase reduzido a simples e humilde fala rústica. Entretanto, o português, meridionalizado por causa da fixação no centro-sul do país (na área entre Lisboa e Coimbra) dos centros políticos e culturais do Reino, experimentava um extraordinário florescimento literário e cultural, e difundia-se pelos quatro cantos do mundo.

A diferença de fortuna histórica fez com que a consciência da antiga comunidade de origem se fosse esvaindo. Ainda nos começos do século XVII, Duarte Nunes de Leão, na sua célebre obra *Origem da língua portuguesa*, assinalava os fatores glotopolíticos determinantes dessa divergência, ao sentenciar numa célebre passagem que as línguas de Galiza e Portugal

eraõ antigamente quase hũa mesma, nas palauras & nos diphtongos e na pronunciação que as outras partes da Hespanha não tem. Da qual lingoa Galega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia e na ellegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis e corte que he a officina onde os vocábulos se forjão e pulem e onde manõ pera os outros homẽs, o que nunca houue em Galliza (*apud* MONTEAGUDO, 2002, p. 50).

Porém, nos últimos dois séculos e meio, assistiu-se a um processo de reivindicação do idioma galego, solidário com a construção duma identidade coletiva galega distintiva, se bem que a distintos ritmos, segundo o período histórico. Aliás, conforme se foi recuperando o conhecimento da história linguística da Galiza e Portugal, também se foi afirmando a consciência da comunidade de origem do galego e o português. Esta consciência, nas suas distintas formulações, influenciou não só na visão do passado, mas também nas projeções do futuro, em particular sobre as ideias quanto à orientação que devia dar-se ao idioma galego em processo de recuperação como língua de cultura. Destarte, as distintas concepções quanto à relação entre o galego e o português e ao papel do segundo no cultivo do primeiro tiveram uma grande relevância no desenvolvimento do galeguismo contemporâneo.

A seguir, vamos revisar, de jeito muito breve, quatro momentos que permitem contemplar as diferentes maneiras de conceber essas relações (e os correspondentes projetos de futuro), no passado e no porvir, em quatro autores que tomamos como representantes das correspondentes épocas históricas: Martim Sarmiento (1696-1772), Manuel Murguía (1833-1923), Alfonso Rodríguez Castelao (1886-1950) e Ramón Piñeiro (1915-1990).

2.1 Martin Sarmiento (1696-1772), inventor do galego contemporâneo

Podemos afirmar, sem exagero, que Martim Sarmiento foi o ‘inventor’ do galego contemporâneo. O erudito realizou a ‘invenção’ do galego na sequência da obra do seu mestre, compatriota e grande amigo Benito J. Feijoo, um dos maiores representantes da primeira fase da ‘ilustração’ espanhola (MONTEAGUDO, 2002). Ora, é interessante termos em conta que essa invenção se realiza mediante um duplo movimento de afirmação, tanto a respeito do castelhano, quanto a respeito do português. Sarmiento deixa assentados três princípios básicos em que se esteia a identidade autônoma do idioma galego: (1) este não é um dialeto do castelhano, mas procede diretamente do latim; (2) galego e português têm uma origem comum, mas (3) o galego também não é dialeto do português, mas é continuador direto da raiz comum originária e permanece mais próximo a ela.

Martim Sarmiento ‘descobriu’ o galego por duas vias complementárias: (1) o estudo da documentação escrita nos séculos XIII ao XVI, e nomeadamente da literatura medieval (por caso, as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio), e (2) a pesquisa sobre o galego falado no seu tempo, a partir de interessantíssimos inquéritos de campo. Duma parte, o conhecimento de fases anteriores da história da língua, em que esta gozava dum *status* social normalizado e possuía cultivo escrito, e, doutra, o seu interesse pelo falar popular levam Sarmiento a afirmar a linguisticidade do galego, impugnar o seu desprestígio social e reivindicar a sua promoção, especialmente no âmbito educativo. Para tanto, também se apoiou no português, uma língua que conhecia razoavelmente bem, pois foi o mais relevante lusitanista espanhol do século XVIII.⁶ A Sarmiento se deve um dos primeiros ensaios de cultivo escrito do galego depois da Idade Média: o *Colóquio em coplas galegas*. Como consequência da sua familiaridade com os textos medievais, declarou-se convencido de que o galego dos séculos XIII ao XVI possuía uma ortografia própria (distinta da portuguesa), e que esta devia ser tomada como base para escrever o galego coevo. Destarte, também na escrita Sarmiento é fundador duma tradição autônoma para o galego moderno.

Quanto à sua aproximação ao galego falado, a sua atitude francamente inovadora não se pode entender senão no marco duma revalorização do registro oral e dos falares populares (o louvor da ‘eloquência natural’), em deliberado distanciamento das modalidades cultivadas, as modalidades escritas e os falares cortesãos. Assim se entende a sua virulenta réplica a Duarte Nunes de Leão:

⁶ Para a obra e as ideias linguísticas de Sarmiento, se veja Pensado (1960) e Monteagudo (2002 e 2004).

Dizer que a Corte é a oficina onde se forjam os vocábulos e se pulem, é manifesto erro... A elegância de vozes não se há de regular pela multidão das supérfluas, exóticas e sexquipedais, mas pelas mais próprias e expressivas, e sobre tudo as que forem nativas (*apud* MONTEAGUDO, 2002, p. 266-67).

2.2 Manuel Murguía (1833-1923) e o *Rexurdimento*

A obra galeguista de Sarmiento demorou em ser reconhecida. Só ao longo do século XIX reiniciou o galego a sua trajetória como língua de cultura, ao sabor das transformações políticas, ideológicas e culturais que enterraram o antigo regime e alumbraram a idade contemporânea. Durante esse lento e dificultoso acordar, o idioma da Galiza começou a ser reivindicado como sinal de identidade dum povo com personalidade própria, ao tempo em que ia ganhando terreno no cultivo literário. O momento culminante desse processo cultural que os galegos denominamos *Rexurdimento* ('Ressurgimento') foi atingido por volta de 1880, quando veio a lume a principal obra poética de Rosalia de Castro, *Follas novas* (o seu primeiro ensaio poético em galego, *Cantares gallegos*, fora dado ao prelo em 1863).

O esclarecimento das origens constituiu uma das preocupações mais prementes e mais características dos estudiosos do *Rexurdimento*. Preocupação em princípio puramente erudita, mas na qual latejam questões de grande relevância para a consciência metalinguística da *intelligentsia* proto-galeguista. Novamente, o ponto central era determinar se o galego e o castelhano tinham sido originariamente a mesma língua, língua originária de que o primeiro representaria uma modalidade 'estancada', ou 'deturpada', um dialeto arcaizante, enfim; ou se aquele se constituíra desde as suas origens de jeito independente ao segundo, se era, em definitivo, uma língua distinta.

Para esclarecer este ponto, resultou decisivo o redescobrimto da literatura medieval galego-portuguesa, que punha de vulto de maneira incontornável a comunidade de origem do galego e do português (de fato, como dissemos, foi nessa época que se forjou e difundiu o termo *galego-português*), no marco de intelecção oferecido pelo novo paradigma científico da Linguística histórico-comparada, ou mais precisamente, da sua rama especializada, a Linguística românica. Com efeito, foi nessa altura quando se produziu o redescobrimto dos cancioneros trovadorescos e doutros testemunhos do cultivo literário do galego nos séculos finais da Idade Média, do XIII ao XV. Lembre-se que em 1878 aparece, em edição de Theófilo Braga, o *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, uma obra que difundirá a poesia trovadoresca em ambientes cultos.⁷

⁷ Como é sabido, ainda que se deva a Varnhagen a difusão dos textos do *Cancioneiro da Ajuda* (publicados em 1849 com o título de *Trovas e cantares de um Códice do XIV século ou antes muito provavelmente o Livro das Cantigas do Conde de Barcelos*), a peça fundamental foi a edição de *Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana*, de 1875, devida a Ernesto Monaci. A esta seguiu a publicação dos textos do cancionero colocciano que completam o da Vaticana: *Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti...*, aparecida em 1880 e devida a Enrico Molteni. Aliás, ao longo da década dos '80, publicam-se na Galiza outros textos galegos medievais, como a versão galega do século XV da *História de Carlos Mago e de Roldão* ou *Pseudo-Turpim* (1885) e a *Corónica de Santa Maria de Iria* (1888), texto galego do mesmo século, e, pouco depois, as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio (1889). Sobre o impacto do redescobrimto da poesia medieval na cultura e a consciência idiomática da Galícia tardo-decimonônica, se veja López (1991) e Monteagudo (1999, p. 363-64).

O redescobrimento da literatura galega medieval (sobretudo, os prestigiosos cancioneiros trovadorescos) transformou profundamente a consciência linguística das elites letradas da Galiza em dois sentidos complementares, que nos interessa mencionar:

- A reivindicação da língua ganhou argumentos históricos: o galego já não era só uma língua popular de vida exclusivamente oral, mas tinha uma gloriosa tradição culta que o respaldava.
- A comunidade de origem do galego e do português ficava posta de vulto e com ela a irmandade entre os dois idiomas.

Destarte, os galegos viraram o seu olhar para Portugal e Brasil e comprovaram que a decadência do seu idioma não se podia imputar a nenhuma suposta deficiência intrínseca dele, mas a circunstâncias históricas muito concretas. Aliás, o português, como língua com um desenvolvimento histórico e uma utilização social e cultural normalizados, se erigia num exemplo a emular, e num apoio utilíssimo para a complexa operação de modernização do idioma galego, isto é, a sua habilitação para a expressão duma série de domínios da atividade, da experiência e do intelecto que lhe tinham sido vedados, e que a fins do século XIX começava a ganhar com grande empenho dos seus cultivadores, confrontando grandes dificuldades.

Foi assim que a velha comunidade de origem do galego e do português passou de ser uma noção puramente histórica e erudita, a se tornar um elemento atual e atuante no sentido duma reaproximação do primeiro para o segundo, tanto no plano da língua, quanto no da cultura (especialmente a literária). Ao tempo, começou a se debuxar um horizonte de futuro: o processo de recuperação da plena normalidade social e cultural para o galego devia se apoiar no português e devia se orientar no sentido duma progressiva integração da Galiza na ampla rede de comunidades culturais de expressão portuguesa.

Provavelmente, quem melhor expressou estas ideias foi o esposo da poetisa Rosalia de Castro, o historiador e líder intelectual do *Rexurdimento*, Manuel Murguía, fundador da *Real Academia Galega* (criada em 1906), e seu primeiro presidente. Murguía reiterou cada vez que teve oportunidade que o português é “o galego elevado à condição de idioma nacional”, já que, “conservando-se e melhorando-se em Portugal, chegou aí a um alto degrau de perfeição” (se veja MONTEAGUDO, 2000a). Estas noções estão exprimidas com mais eloquência e fervor que nunca no emblemático discurso pronunciado em 1891 nos Jogos Florais de Tui (vila galega à beira do Minho, na fronteira com Portugal):

¡O nosso idioma! o formoso, o nobre idioma que do outro lado desse rio é língua oficial que serve a mais de vinte milhões de homens e tem uma literatura representada pelos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garret e de Herculano; o galego, em fim, que é o que nos dá direito à inteira posse da terra em que fomos nados, que nos diz que, pois somos um povo distinto, devemos sê-lo; que nos promete o porvir que procuramos... Em ele, como em copo sagrado em que se reúnem todos os perfumes, se acham os principais elementos da nossa nacionalidade, de novo negada e ainda mais, escarnecida... nunca, nunca, nunca, pagaremos aos nossos irmãos de Portugal que hajam feito do nosso galego, um idioma nacional.

Porém, ao tempo que afirmavam a identidade do galego e do português, os próprios intelectuais galeguistas impulsionavam a elaboração de uma escrita galega autônoma, não somente na ortografia (que eles, quase inevitavelmente, adaptaram do castelhano), mas também na morfossintaxe e no léxico; se bem que, neste caso, recorrendo cada vez mais abundantemente ao português. Em geral, a atitude predominante entre os cultivadores do galego foi a do apoiar-se no idioma irmão, quer para recuperar formas antigas que haviam sido marginalizadas na língua popular pela pressão do castelhano (*Deus, século, povo, estrada*), quer para modernizar o léxico galego e adaptá-lo aos novos gêneros de discurso (*ensino, jornal, prelo, inserir*), num esforço consciente de aproximação ao português. Mas, por via da regra, este esforço formava parte duma estratégia mais bem de afirmação da própria identidade do galego em relação ao castelhano do que de dissolução dessa identidade no português (mesmo se isto raramente se formulou em tais termos).

2.3 Alfonso Rodríguez Castelao (1886-1950): galeguismo e modernização do galego

O desenvolvimento do galego como língua de cultura, inseparável do surto da consciência nacional da Galiza, atingiu uma fase decisiva nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período compreendido entre 1916 e 1936, durante o qual se inicia o cultivo do galego na oratória culta, na narrativa moderna e na prosa não ficcional (ensaio, imprensa, manuais didáticos). Paralelamente, o movimento galeguista consegue o reconhecimento do direito ao autogoverno da Galiza (*Estatuto de Autonomia*, aprovado em 1936), no marco democrático da IIª República espanhola (1931-36). Pela primeira vez na história recente, esse *Estatuto de Autonomia* (cuja entrada em vigor foi impedida pelo golpe militar de 1936 e as subsequentes guerra civil e ditadura) reconhecia a co-oficialidade do idioma galego e previa a sua utilização no sistema educativo e nas administrações públicas.

Uma das figuras mais representativas daquele período de elevação e modernização da língua e da cultura galegas é A. R. Castelao, intelectual, artista plástico, escritor e finalmente líder político, que acabou os seus dias no exílio argentino, após a guerra civil espanhola (1936-39). O ideário linguístico de Castelao está exprimido na sua obra mais importante, a coleção de ensaios publicada em Buenos Aires sob o título *Sempre em Galiza* (1944). Quanto ao ponto vertente, neste livro fica patente a comunidade substancial de ideias do autor com Manuel Murguía, incluindo a mesma ambivalência que se registra neste autor. Duma parte, afirma-se rotundamente a identidade do galego e do português; doutra parte, continua-se o processo de elaboração dum galego culto e escrito autônomo (de que a dita obra é, aliás, um dos exemplos mais acabados).⁸ Ouçamos o próprio Castelao:

A Galiza, como grupo étnico, tem direito a dignificar a língua que o seu próprio gênio criou, porque é uma língua capaz de ser veículo da cultura universal, porque lhe serve

⁸ Sobre o ideário linguístico de Castelao, se veja Monteagudo (2000b).

para se comunicar com os povos de fala portuguesa, porque não tem outra melhor para expressar os seus sentimentos e porque se a perdesse já não lhe restaria nenhuma razão para existir... Arribamos às costas do Brasil, onde os seus habitantes falam um idioma nascido e criado na Galiza, ainda que todos teimem em lhe chamar *português*... O galego é um idioma extenso e útil, porque, com pequenas variantes, se fala no Brasil, em Portugal e nas colônias portuguesas.

Porém, se, na escrita, Castelao é um continuador da tradição de elaboração dum galego autônomo inaugurada no *Rexurdimento*, na sua época começa a tomar forma uma proposta de reorientação da ortografia galega dirigida a uma maior aproximação ao português. Mesmo certos autores propõem adotar este, com as adaptações imprescindíveis (nem sempre coincidentes para todos), como versão culta do galego. As primeiras formulações desta proposta, assim teóricas como práticas, são um tanto confusas, mas o caminho fica claramente indicado para o futuro.

3 Relações da Galiza com as culturas de expressão portuguesa e debates sobre o galego

A ditadura franquista (1936-75), que impôs uma política ferreamente centralista no político e uniformizadora no linguístico-cultural, perseguindo as manifestações cultas e a utilização pública da língua galega, não impediu que se retomassem, bem que limitadamente, os esforços pelo cultivo e modernização do galego, que tanta força tinham atingido nos anos prévios à guerra civil espanhola. Por volta dos anos 70, retomou-se o debate sobre a orientação da escrita galega, inicialmente por iniciativa do filólogo lusitano Manuel Rodrigues Lapa, que mantinha intensas relações com os galeguistas, datadas dos anos 30 e estreitadas durante a década dos 60.⁹

O professor português Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989), um intelectual tão liberal, quanto nacionalista, foi em vida um dos maiores especialistas na literatura trovadoresca galego-portuguesa. Foi também um dos intelectuais portugueses do século XX que manteve uma relação mais estreita com a cultura galega. Ele próprio perseguido pela ditadura salazarista, que o expulsou da Universidade e o obrigou a exílio durante vários anos no Brasil, nos anos sessenta, reatou os antigos contatos com os círculos galeguistas, em particular com o grupo nucleado ao redor da Editorial Galaxia, um dos mais importantes grupos organizados de resistência cultural democrática contra o franquismo. Na altura da década de 70, nos anos finais das ditaduras espanhola e portuguesa, Lapa lança a sua proposta 'reintegracionista' em um artigo publicado na revista *Colóquio / Letras*, em que propõe que, "sendo o português atual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata" (1973), pois, na sua opinião,

⁹ A sua obra mais importante, a monumental edição das *Cantigas d'escarnho e de maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses* (1967 / 1970), veio a lume em Vigo, publicada pela Editorial Galaxia. A obra vem dedicada pelo autor à "Galiza de sempre, raiz antiga da nossa cultura". Não se pode esquecer o papel em certa maneira precursor da posição de Lapa que jogou o professor Ernesto Guerra da Cal, galego de nascimento, mas exilado nos Estados Unidos por causa da ditadura franquista, e um dos mais esclarecidos estudiosos da vida e obra de Eça de Queirós.

a recuperação literária do galego, que ainda não está feita, nem sequer talvez esboçada, só poderá entender-se como um trabalho de aproximação das formas do português literário. [Parto] da premissa, suposta incontestável, de que o padrão literário do galego deverá ser necessariamente o português. E essa objectiva portuguesa repele o estado de configuração do galego actual como língua literária. Se não existisse o português, o caso era diferente; assim o galego, propriamente dialecto do português, terá de ajustar-se a essa realidade (1975, se veja LAPA, 1979, p. 74).

Tanto a ideia de que os esforços pelo cultivo do galego realizados desde a segunda metade do XIX estavam mal encaminhados até o ponto de considerar que a sua recuperação literária nem sequer podia considerar-se “esboçada”, quanto a sua conceição do galego como “dialecto” do português, foram amplamente contestadas na Galiza. Quem mais pronta e argumentadamente deu réplica a Lapa foi o seu grande amigo, o intelectual galego Ramón Piñeiro, em artigo publicado na revista *Grial*. Em apurado resumo, este sustém:

A mim me parece claro que há uma primeira etapa comum, a etapa medieval, a etapa do *galego-português*. Há uma segunda etapa, a etapa moderna, em que essa língua comum medieval se diferencia em duas línguas irmãs, o galego e o português. E há uma etapa que agora começa, uma terceira etapa, em que não são duas, mas três as línguas que surgiram do tronco comum galego-português: o galego, o português e o brasileiro. Se calhar, muitos portugueses refugarão, mesmo com escândalo, esta afirmação. Contudo, resultara-lhes mais fácil negar o fato do que impedi-lo... Não é o português moderno o herdeiro literário único do galego-português originário, mas há três herdeiros, três continuadores: o galego, o português e o brasileiro (PIÑEIRO, 1974, p. 278).

Ramón Piñeiro defende a posição tradicional do galeguismo contemporâneo de procurar o apoio no português para a modernização do galego e de fomentar uma aproximação decidida da cultura galega às culturas de expressão portuguesa:

a política a seguir na fixação do galego culto deve se orientar decididamente à consolidação de tudo o que houver de comum no galego e no português, e na incorporação do vocabulário técnico também devemos tender à maior identidade das duas línguas irmãs. Devemos igualmente procurar um crescente e cada vez mais profundo intercâmbio cultural, de jeito que cheguemos a ter um conhecimento verdadeiramente familiar das três culturas. Nesta linha de achegamento, a atitude galega será sempre aberta e entusiasta (*idem*, p. 279).

Porém, adverte de jeito muito explícito: “Mas será achegamento desde o galego, *não renunciando ao galego*” (*ibidem*). O autor exprimia o consenso geral da intelectualidade galeguista coeva, manifestado em artigos de imprensa e diversas manifestações dos seus mais relevantes representantes (ALONSO PINTOS, 2002, p. 120-24). Mas, a partir do artigo de Rodrigues Lapa, se foi desenvolvendo uma corrente ‘reintegracionista’, que postula diversos degraus de assimilação do galego ao português, e que sobretudo insiste na necessidade duma radical reforma ortográfica, refundadora da tradição escrita do galego moderno. A figura mais relevante desse movimento foi o professor Ricardo Carballo Calero (1910-90), também ele, antes de se tornar o principal estandarte do reintegracionismo, um dos mais esclarecidos membros do citado grupo Galaxia.

O debate sobre o *status* linguístico do galego põe de vulto as dificuldades para integrar os idiomas com uma história e em uma situação sociocultural não normalizada no velho paradigma das filologias nacionais criadas no século XIX, com as suas dicotomias falsamente simplificadoras do tipo língua / dialeto, sustentadas, aliás, em uma conceição da língua como sistema homogêneo, com uma só variedade legítima, o *standard*. A posição de Ramón Piñeiro exprime a emergência dum novo paradigma, de orientação sociolinguística, que permite integrar e legitimar as variedades linguísticas em processo de emergência, no marco de uma conceição polissistêmica das línguas em que cabem noções como o pluricentrismo ou a polielaboração. Galego e português seriam exemplos de polielaboração dum diassistema histórico, e português europeu e brasileiro ilustrariam o fenómeno do pluricentrismo (FERNÁNDEZ SALGADO; MONTEAGUDO, 1995).

4 As aspirações e as iniciativas para um estreitamento de contatos da Galiza com os países de expressão portuguesa nas últimas décadas

E, com o dito, chegamos ao último ponto que pretendíamos tocar: as aspirações e as iniciativas para um estreitamento de contatos culturais, humanos e de todo tipo da Galiza com os países de expressão portuguesa, com referência particular à questão da língua. Devemos começar por lembrar que o processo de recuperação do galego na idade contemporânea chegou a um ponto de inflexão importantíssimo com o final da ditadura franquista, o estabelecimento da democracia na Espanha, e em particular, com um fato indissolvelmente ligado a esta: a reorganização do Estado espanhol em sentido federalizante, com a fórmula das ‘autonomias’. Com efeito, a Constituição democrática espanhola de 1978 reconhece o direito das nacionalidades históricas (entre elas, a Galiza) e das regiões da Espanha à sua autonomia, incluindo a possibilidade de consagração da cooficialidade dos seus idiomas próprios.

Assim, o *Estatuto de Autonomia da Galiza*, aprovado em 1980, estabelece as instituições de autogoverno da Galiza (o poder executivo ou Xunta de Galicia e o poder legislativo, isto é, Parlamento de Galicia), e declara o galego como idioma cooficial, em pé de igualdade com o castelhano, ao tempo em que o proclama como ‘língua própria’ da comunidade autônoma. A partir daí, empreendeu-se uma política linguística, que, com as suas dificuldades, complexidades e insuficiências que não procede analisar nesta ocasião, se dirige à promoção do galego nas administrações públicas, no sistema educativo, nos média, na produção cultural e noutros âmbitos da vida social.

Ao tempo, ao reconhecer a importância da língua e da cultura galegas na gênese, na preservação e na construção duma identidade diferenciada da Galiza, identidade que, pela sua vez, justifica o autogoverno, o *Estatuto de Autonomia* prevê a constituição dum organismo específico, que é o *Conselho da Cultura Galega*. Como consequência, o Parlamento de Galicia aprovou em 1983 uma Lei de criação deste Conselho, norma pela qual ainda

se rege na atualidade. Segundo esta, o *Conselho da Cultura Galega* é um organismo oficial mais plenamente autônomo, tanto do poder executivo, como do legislativo, que tem caráter representativo do mundo da cultura, com capacidade de investigação das necessidades e problemas deste, com funções de assessoramento e aconselhamento ao governo e ao parlamento da Galiza e outros poderes públicos, e com o objetivo de preservar e potenciar o nosso patrimônio e os nossos valores culturais específicos, de maneira particular a língua, assunto este que de fato está no centro das suas preocupações. O Conselho se reúne num Plenário, no qual estão representadas as instituições e entidades mais importantes, desde as Universidades e o *Instituto da Língua Galega* até a *Real Academia Galega* e as academias de artes e ciências, incluindo fundações privadas e museus.

A preocupação pelo estreitamento de laços com o mundo cultural de expressão portuguesa se manifestou desde as origens do próprio Conselho. Não é casualidade que o seu primeiro presidente fosse o ilustre intelectual Ramón Piñeiro, a quem antes nos referimos. Piñeiro e os galeguistas de entreguerras tiveram especial empenho em travar relação com as culturas de expressão portuguesa (como antes indicamos ao nos referirmos a Manuel Rodrigues Lapa), mas também tiveram contacto com figuras brasileiras, como o professor Celso Ferreira da Cunha (para mim, de saudosa lembrança, pois tive a honra de tratá-lo pessoalmente nas suas reiteradas visitas a Compostela), e o mesmo Piñeiro participou, representando a Galiza, em eventos como o *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, celebrado em Harvard, em 1967, e o *Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, que teve lugar em Rio de Janeiro, em 1977.

Na atualidade, o *Conselho da Cultura Galega*, que acaba de solicitar a sua adesão à *Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, em qualidade de entidade observadora externa, está estudando uma proposta, que deveria depois considerar o governo galego, de implantação do português como segunda língua estrangeira de forma generalizada em todos os liceus e centros de ensino secundário da Galiza, apoiando-se nos programas europeus que já existem a respeito, e que funcionam noutras regiões, como a Estremadura espanhola. Enfim, há uma diversidade de iniciativas da sociedade civil, dos profissionais e das empresas, nos terrenos da produção audiovisual, da indústria editorial, da música, do jornalismo, das novas tecnologias, que poderiam ver-se impulsionadas e respaldadas no plano institucional.

Uma perspectiva pluricêntrica e multicultural, como a que foi aqui sugerida anteriormente, que ponha o acento no respeito e valorização da diversidade linguística e cultural e nas iniciativas da base e da sociedade civil, e que caminhe no sentido duma certa desestatalização das culturas e das políticas culturais (se calhar, no marco dum paradigma post-nacional ou, melhor, post-estado-nacional), poderia ser de grande ajuda para situar a Galiza nos âmbitos culturais de expressão portuguesa. O contributo do Brasil, sublinhando a diversidade interna dos domínios de expressão portuguesa, e mesmo pela afinidade que apresentam o galego e o brasileiro (especialmente no plano fônico) em relação com o português europeu, pode ser decisivo.

No entanto, a língua galega deve prosseguir o seu próprio caminho, se apoiando no português para a sua adaptação e modernização, procurando um apegamento proveitoso, mas sobretudo procurando se assentar firmemente na sociedade galega, onde deve confrontar graves ameaças, derivadas duma situação histórica de subordinação ao castelhano e duma deriva sociolinguística favorável à expansão das grandes línguas de comunicação internacional. Em nossa opinião, não adianta nada forçar agora a trajetória do galego mediante uma reforma radical orientada ao português, que lhe pode alienar apoios sociais na própria Galiza. A aproximação do galego ao português deve ser gradual, e se apoiar no estreitamento dos intercursos e dos laços culturais, econômicos e humanos. Qual será a decisão que no futuro puder tomar a comunidade galegófona, uma vez que a sua língua estiver normalizada cultural, social e politicamente (se é que isto finalmente se consegue), é questão difícil de prever. As opções estão abertas, mas não há necessidade de fazer hoje papel de profeta.

Referências

- ALONSO PINTOS, Serafín (2002). *Para unha historia do estándar galego: as propostas do período 1966-1980*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno; MONTEAGUDO, Henrique (1995). Do galego literario ao galego común: o proceso de estandarización na época contemporánea. In: MONTEAGUDO, H. (Ed.). *Estudios de sociolingüística galega: sobre a norma do galego culto*. Vigo: Galaxia. p. 99-176.
- GARCÍA TURNES, Beatriz (2008). *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX*. Tese de Doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- LÓPEZ, Teresa (1991). *Névoas de antano: ecos dos cancioneiros galego-portugueses no século XIX*. A Coruña: Laiovento.
- MATTOSO, José (1985a). *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1985b). *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: IN-CM.
- MONTEAGUDO, Henrique (1988). Português e galego nos gramáticos portugueses de quinhentos. In: KREMER, Dieter (Ed.). *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Trier, 1986)*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, vol. V, p. 144-158.
- MONTEAGUDO, Henrique (1999). *Historia social da língua galega*. Vigo: Galaxia.
- MONTEAGUDO, Henrique (2000a). Ideas de Manuel Murguía sobre o idioma galego. *Boletín da Real Academia Galega*, n. 361, p. 197-220.
- MONTEAGUDO, Henrique (2000b). As ideas lingüísticas de Castelao. In: MONTEAGUDO, Henrique. *Castelao, defensa e ilustración da lingua galega*. Vigo: Galaxia. p. 57-124.
- MONTEAGUDO, Henrique (2002). Antigüidade e nobreza, pureza e harmonia da língua galega. Estudo introdutório. In: MONTEAGUDO, Henrique (Org.). *Martín Sarmiento: sobre a língua galega. Antoloxía*. Vigo: Galaxia. p. 19-75.
- MONTEAGUDO, Henrique (2004). Martín Sarmiento (1695-1772) perante a língua e a filoloxía portuguesa. In: BRITO, Ana Maria; FIGUEIREDO, O.; BARROS, C. (Org.). *Linguística histórica e história da língua portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto). p. 239-273.

NETO, Serafim da Silva (1979). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL.

OLIVEIRA, António Resende de (2001). *O trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

PENSADO, José Luis (1960). *Fray Martín Sarmiento: sus ideas lingüísticas*. Oviedo: Universidad.

PIÑEIRO, Ramón (1974). *Olladas no futuro*. Vigo: Galaxia.

VAZQUEZ CORREROIRA, Fernando (1998). *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano: o galego como exemplo a contrario*. Santiago de Compostela: Laiovento.

